

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

CNPJ: 27.485.069/0001-09

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores e Senhoras Acionistas,
Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos ao Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.
Um ponto relevante a ser destacado é que as demonstrações financeiras apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Board - IASB (conhecido como IFRS) e consultado na Instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007, que determina a aplicação desta nova prática contábil a partir do exercício findo em 2010.
Conforme estabelecido na Deliberação CVM nº 609/2009 (CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), os padrões internacionais foram implementados retroativamente a 1º de janeiro de 2009. Dessa forma, as demonstrações financeiras, originalmente divulgadas, foram ajustadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais.
A partir do exercício findo em 2010, as demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia estão em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Board - IASB (conhecido como IFRS) e consultado na Instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007, que determina a aplicação desta nova prática contábil a partir do exercício findo em 2010.
Neste processo de convergência das normas internacionais de contabilidade no ano de 2010, destacaram-se a aplicação da interpretação técnica e da orientação técnica que versam sobre a contabilização da concessão de serviços públicos - IPCO1 e OPCO5, respectivamente, bem como a desconsideração do reconhecimento contábil dos ativos e passivos regulatórios - CPC 01. Entretanto, as novas disposições contábeis não foram acolhidas pela ANEEL por entender que a nova metodologia não é condizente com as disposições regulatórias que disciplinam a concessão do serviço público de energia elétrica, além de causar dificuldades no exercício da fiscalização econômico financeira.
Com isso, a agência reguladora editou a Resolução Normativa nº 396/2010, instituindo as Demonstrações Contábeis Regulatórias, a serem elaboradas a partir do exercício de 2011. Desse modo, além da contabilidade societária estabelecida pela Lei nº 6.404/76, a Companhia também deverá realizar registros e demonstrações contábeis para atender ao órgão regulador, os quais serão auditados e publicados para fins de consulta pública no site eletrônica da ANEEL.
Assim, apresentamos, a seguir, o balanço patrimonial regulatório e a respectiva demonstração do resultado do exercício regulatório para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, bem como a conciliação entre os resultados e patrimônios líquidos regulatórios e societários.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

	2010	2009
RECEITA BRUTA		
Fornecimento de energia elétrica	166.227	140.714
Doações, contribuições, subvenções, residencial baixa renda	2.339	2.386
Reposicionamento tarifário diferido	-	(249)
Redução de tarifa irrigação e aquicultura	1.679	(1.433)
Incentivo Fiscal Lucro da Exploração e Reinvestimento	2.687	3.633
Outras receitas	1.007	923
	173.939	145.974
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(2.035)	(1.146)
Conta Desenvolvimento Energético - CDE	(3.736)	(3.307)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível - CCC	(5.521)	(2.417)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(543)	(472)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(543)	(472)
Encargos Especiais Lei nº 12.111/2009	(325)	-
Impostos e contribuições sobre a receita	(45.195)	(39.354)
	(57.898)	(47.168)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	116.041	98.806
DESPESAS OPERACIONAIS		
Pessoal	(11.325)	(9.445)
Materiais	(2.628)	(2.559)
Serviços de terceiros	(5.770)	(5.278)
Energia elétrica comprada para revenda	(64.206)	(48.603)
Depreciação e amortização	(5.433)	(4.800)
Outras despesas operacionais líquidas	(2.322)	(1.812)
	(93.689)	(72.678)
LUCRO BRUTO	24.356	26.398
EFEITOS FINANCEIROS		
RECEITAS FINANCEIRAS	3.841	4.362
Despesas financeiras	(2.921)	(3.256)
Juros sobre o capital próprio	(6.779)	(6.214)
ESTRUTURAL	(3.858)	(2.188)
Resultado operacional	20.497	23.290
Imposto de renda	(4.055)	(4.652)
Contribuição social	(1.321)	(1.521)
	(5.386)	(6.173)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DA PARTICIPAÇÃO	15.111	17.117
RECEITAS FINANCEIRAS	3.841	4.362
Despesas financeiras	(2.921)	(3.256)
Juros sobre o capital próprio	(6.779)	(6.214)
ESTRUTURAL	(3.858)	(2.188)
Resultado operacional	20.497	23.290
Imposto de renda	(4.055)	(4.652)
Contribuição social	(1.321)	(1.521)
	(5.386)	(6.173)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DA REVERSO DOS	13.239	15.347
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	4.779	4.214
Reversão dos juros sobre o capital próprio	18.108	19.561
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4,05	4,42

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 - Em milhares de reais		PASSIVO		2010		2009	
ATIVO	2010	2009	CIRCULANTE	2010	2009		
CIRCULANTE			CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	889	1.109	Fornecedores	7.484	7.079		
Aplicações no mercado aberto	20.005	22.279	Obrigações sociais	75	54		
Consumidores, concessionários e permissionários	16.575	11.877	Tributos e contribuições sociais	5.244	4.256		
Redução de tarifa irrigação e aquicultura	1.897	219	Participações estatutárias	1.782	1.770		
Bônus e sobretaxa	2	2	2 Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	7.264	6.776		
Encargo de capacidade emergencial	34	34	Emprestimos e financiamentos	6.736	5.915		
Tributos e contribuições sociais	509	707	Passivos regulatórios	94	850		
Estoques	800	707	Obrigações estimadas	2.146	1.197		
Ativos regulatórios	1.931	3.304	Encargos do consumidor a recolher	5.257	3.797		
Serviços em curso - P&D / PEE	2.701	668	Outros passivos	130	230		
Outros créditos	1.604	1.208					
			TOTAL DO CIRCULANTE	36.212	31.924		
TOTAL DO CIRCULANTE	46.947	43.180	NÃO CIRCULANTE				
NÃO CIRCULANTE			Emprestimos e financiamentos	29.109	30.389		
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	2.144	2.546	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	29.109	30.389		
Depósito Reinvestimento Banco do Nordeste	2.710	2.182					
Depósitos Vinculados a Litígios	-	4	PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Outros créditos	86	81	Capital social	60.000	50.000		
Imobilizado	101.927	94.602	Reserva de capital	5.343	5.244		
			Reserva de investimentos	16.909	19.565		
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	106.867	99.415	Reserva legal	6.241	5.473		
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	88.493	80.282		
TOTAL DO ATIVO	153.814	142.595	TOTAL DO PASSIVO	153.814	142.595		

RESUMO DA CONCILIAÇÃO - IFRS		Em milhares de reais		2010		2009	
	2010	2009	Patrimônio líquido	2010	2009		
Resultado do exercício	18.108	19.561	Patrimônio líquido - ANEEL	88.493	80.282		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício - ANEEL	-	-	Efeitos da aplicação da IPCO1	-	-		
Efeitos da aplicação da IPCO1	-	-	Efeitos do desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	(1.837)	(2.454)		
Efeitos do desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	616	19.561	Patrimônio líquido - IFRS	86.656	77.828		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício - IFRS	18.724	19.561					

A Administração coloca-se à disposição dos senhores e senhoras acionistas na sede social da Companhia para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários ao perfeito conhecimento das contas apresentadas.
Colatina, ES, 18 de fevereiro de 2011.
A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E 1º DE JANEIRO DE 2009		Em milhares de reais		2010		2009	
ATIVO	Notas	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	Notas	31/12/2010	31/12/2009
CIRCULANTE					CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	5	889	1.109	1.611	Fornecedores	14	7.484
Aplicações no mercado aberto	6	20.005	22.279	29.380	Obrigações sociais	75	54
Consumidores, concessionários e permissionários	7	16.575	11.877	9.963	Tributos e contribuições sociais	15	5.244
Redução de tarifa irrigação e aquicultura	8	1.897	219	1.651	Participações estatutárias	1.782	1.770
Bônus e sobretaxa	2	2	2	2	2 Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	7.264	6.776
Encargo de capacidade emergencial	34	34	34	67	Emprestimos e financiamentos	6.736	5.915
Tributos e contribuições sociais	9	509	707	2.949	Obrigações estimadas	2.146	1.197
Estoques	10	800	707	671	Encargos do consumidor a recolher	17	5.257
Serviços em curso - P&D / PEE	10	2.701	668	130	Outros passivos	130	230
Outros créditos	10	1.604	1.208	2.396	TOTAL DO CIRCULANTE	36.118	31.074
					NÃO CIRCULANTE		
TOTAL DO CIRCULANTE		45.016	39.876	48.680	Emprestimos e financiamentos	16	29.109
NÃO CIRCULANTE					TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	19	29.109
Tributos e contribuições sociais compensáveis	11	2.144	2.546	-	Capital social	60.000	50.000
Depósito reinvestimento Banco do Nordeste	11	2.710	2.182	2.449	Reserva de capital	5.343	5.244
Depósitos vinculados a litígios	-	-	4	30	Reserva de investimentos	15.072	17.114
Outros créditos	86	81	75	75	Reserva legal	6.241	5.473
Imobilizado	12	65.357	55.586	42.019	Reserva de investimentos	15.072	17.114
Intangível	13	36.570	38.016	36.005	Reserva legal	6.241	5.473
					TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	86.656	77.828
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		106.867	99.415	80.578	TOTAL DO PASSIVO	151.883	139.291
TOTAL DO ATIVO		151.883	139.291	129.258			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009		Em milhares de reais		2010		2009	
Notas	31/12/2010	31/12/2009	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total	
RECEITA LÍQUIDA DAS ATIVIDADES CONTINUADAS	20	115.802	98.806	Capital social	60.000	50.000	68.803
Despesas operacionais	22	(11.325)	(9.445)	Reserva para lucros	3.693	4.676	20.434
Pessoal	22	(2.628)	(2.559)	Reserva de investimentos	(2.322)	(2.322)	(1.678)
Materiais	22	(5.770)	(5.194)	Reserva legal	240	-	240
Serviços de terceiros	21	(63.291)	(48.603)	Lucro líquido do exercício	-	797	19.561
Energia elétrica comprada para revenda	21	(5.433)	(4.800)	Constituição de reserva legal	-	-	(797)
Amortização	21	(2.322)	(1.812)	Ajustes identificados em 2010 relacionados a 2009 (nota 19)	-	-	(2.454)
Outras despesas operacionais líquidas	21	(90.771)	(72.408)	Proposta da Administração para distribuição de dividendos (nota 19):	-	-	(4.214)
				Juros sobre o capital próprio (R\$0,95 por ação)	-	-	(2.729)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		25.031	26.398	Dividendos - Ações ordinárias (R\$0,93 por ação)	-	-	(1.379)
Resultado financeiro	25	3.734	4.362	Dividendos - Ações preferenciais (R\$0,93 por ação)	-	-	(3.133)
Receitas financeiras	25	(2.874)	(3.256)	Incentivo fiscal - Isenção/Redução e reinvestimento - Lei nº 11.638/2007	-	-	(4.355)
Despesas financeiras	25	860	860	Lucros acumulados para reserva de lucros - Lei nº 11.638/2007	50.000	5.244	17.111
Lucro antes dos impostos	23	25.891	27.504	Aumento capital de risco - AGO/E de 14/04/2009	7.412	15.072	17.114
Imposto de renda	23	(4.064)	(4.652)	Incentivo fiscal - Isenção/Redução e reinvestimento	2.588	(2.588)	(7.412)
Contribuição social	23	(1.321)	(1.521)	Lucro líquido do exercício	-	-	768
				Constituição de reserva legal	-	-	-
Lucro líquido do exercício antes da participação estatutária		(5.385)	(6.173)	Proposta da administração para distribuição de dividendos (nota 19):	-	-	-
Participações estatutárias		20.506	21.331	Juros sobre o capital próprio (R\$1,08 por ação)	-	-	(592)
Lucro líquido do exercício		(1.782)	(1.770)	Dividendos - Ações ordinárias (R\$0,94 por ação)	-	-	(247)
Lucro por ação		18.724	19.561	Dividendos - Ações preferenciais (R\$1,08 por ação)	-	-	(2.989)
				Incentivo fiscal - Isenção/Redução e reinvestimento - Lei nº 11.638/2007	-	-	(2.687)
				Lucros acumulados para reserva de lucros - Lei nº 11.638/2007	-	-	6.265
				Saldos em 31 de dezembro de 2010	60.000	5.343	6.241
							15.072

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 - Em milhares de reais		2010		2009	
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES				GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
Arecadação	171.640	149.415	149.415	Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	167.234
Recabimento subvenção baixa renda - Residencial	2.388	2.373	2.373	Doações, contrib. residencial baixa renda	2.339
Outros	10.934	1.324	1.324	Reposicionamento tarifário diferido	-
Fornecedores - Materiais e serviços	(15.317)	(15.223)	(15.223)	Redução de tarifa irrigação e aquicultura	1.679
Fornecedores - Energia elétrica	(55.375)	(44.596)	(44.596)	Provisão para devedores duvidosos - Reversão (Constituição)	1.679
Fornecedores - Encargos de uso de rede elétrica	(5.223)	(4.156)	(4.156)	Não operacionais	(214)
Juánilis e encargos sociais	(7.534)	(7.534)	(7.534)	Outras despesas	(63.291)
Impostos e contribuições	(49.767)	(46.960)	(46.960)	Custo da energia comprada	(5.770)
Demais encargos regulatórios	(12.119)	(9.234)	(9.234)	Serviços de terceiros	(2.628)
Outras despesas	(18.726)	(10.783)	(10.783)	Aluguéis	(491)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	20.811	15.670	15.670	Outros custos operacionais	(1.618)
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				VALOR ADICIONADO BRUTO	97.978
Aterragem de materiais	634	1.166	1.166	Quotas de reintegração	(5.433)
Dividendos pagos	(5.000)	(4.870)	(4.870)	VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	92.545
Aquisição de imobilizado	(10.803)	(14.362)	(14.362)	Receitas financeiras	3.734

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

CNPJ: 27.485.069/001-09

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (doravante referida como Santa Maria ou Companhia), constituída em 10 de setembro de 1959, é uma sociedade de capital fechado, na condição de concessionária do serviço público de energia elétrica, e tem como objetivos principais a geração e distribuição de energia elétrica. Sua atuação abrange a área de 11 municípios do Estado do Espírito Santo. A Companhia gera e transmite aproximadamente 15,5% da capacidade gerada no seu sistema, contando, para tanto, com quatro usinas hidrelétricas. A Santa Maria, com sede em Cachoeira - ES, tem contrato de concessão de geração e distribuição de energia elétrica com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, assinado em fevereiro de 1999, com vencimento em julho de 2015, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas por esse órgão. A área de concessão reguarda nos termos do artigo 22 da Lei nº 9.074/95 compreende os seguintes municípios do Estado do Espírito Santo:

Conjunto de consumidores

	Nº consumidores por consumo	
	2010	2009
Água Branca	6.302	5.983
Açu Rio Novo	3.192	3.106
Centro - Colatina (exceto distrito de Itapina)	39.803	38.552
Marilândia	3.967	3.728
Pancas	7.149	6.739
Sul - São Roque do Canaã e Santa Teresa (exceto a sede e o distrito de Alto Santa Maria)	6.758	6.440
São Domingos do Norte	3.164	2.982
São Gabriel da Palha	9.306	8.999
Vila Valério (exceto os distritos de Jurema e São Jorge da Barra Seca)	4.678	4.478
Governador Lindenberg	4.750	4.418
Total	89.069	85.410

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Em todos os períodos anteriores, incluindo o ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Dessa forma, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos Comunicados Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as demonstrações financeiras anteriores, o saldo de abertura considerado foi 1º de janeiro de 2009, data de transição para as CPCs.

O balanço patrimonial é mantido conhecido como "Demonstração da Posição Financeira" conforme normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Esta nova denominação será gradativamente adotada nas demonstrações financeiras subsequentes. A Companhia incluiu o divalutamento das demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

A Companhia incluiu o divalutamento das demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras elaboradas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as demonstrações financeiras anteriores, o saldo de abertura considerado foi 1º de janeiro de 2009, data de transição para as CPCs.

O balanço patrimonial é mantido conhecido como "Demonstração da Posição Financeira" conforme normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Esta nova denominação será gradativamente adotada nas demonstrações financeiras subsequentes. A Companhia incluiu o divalutamento das demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras elaboradas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as demonstrações financeiras anteriores, o saldo de abertura considerado foi 1º de janeiro de 2009, data de transição para as CPCs.

O balanço patrimonial é mantido conhecido como "Demonstração da Posição Financeira" conforme normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Esta nova denominação será gradativamente adotada nas demonstrações financeiras subsequentes. A Companhia incluiu o divalutamento das demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras elaboradas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as demonstrações financeiras anteriores, o saldo de abertura considerado foi 1º de janeiro de 2009, data de transição para as CPCs.

O balanço patrimonial é mantido conhecido como "Demonstração da Posição Financeira" conforme normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Esta nova denominação será gradativamente adotada nas demonstrações financeiras subsequentes. A Companhia incluiu o divalutamento das demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras elaboradas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as demonstrações financeiras anteriores, o saldo de abertura considerado foi 1º de janeiro de 2009, data de transição para as CPCs.

O balanço patrimonial é mantido conhecido como "Demonstração da Posição Financeira" conforme normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Esta nova denominação será gradativamente adotada nas demonstrações financeiras subsequentes. A Companhia incluiu o divalutamento das demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras elaboradas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as demonstrações financeiras anteriores, o saldo de abertura considerado foi 1º de janeiro de 2009, data de transição para as CPCs.

O balanço patrimonial é mantido conhecido como "Demonstração da Posição Financeira" conforme normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Esta nova denominação será gradativamente adotada nas demonstrações financeiras subsequentes. A Companhia incluiu o divalutamento das demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras elaboradas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as demonstrações financeiras anteriores, o saldo de abertura considerado foi 1º de janeiro de 2009, data de transição para as CPCs.

O balanço patrimonial é mantido conhecido como "Demonstração da Posição Financeira" conforme normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Esta nova denominação será gradativamente adotada nas demonstrações financeiras subsequentes. A Companhia incluiu o divalutamento das demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras elaboradas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as demonstrações financeiras anteriores, o saldo de abertura considerado foi 1º de janeiro de 2009, data de transição para as CPCs.

O balanço patrimonial é mantido conhecido como "Demonstração da Posição Financeira" conforme normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Esta nova denominação será gradativamente adotada nas demonstrações financeiras subsequentes. A Companhia incluiu o divalutamento das demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras elaboradas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as demonstrações financeiras anteriores, o saldo de abertura considerado foi 1º de janeiro de 2009, data de transição para as CPCs.

O balanço patrimonial é mantido conhecido como "Demonstração da Posição Financeira" conforme normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Esta nova denominação será gradativamente adotada nas demonstrações financeiras subsequentes. A Companhia incluiu o divalutamento das demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras elaboradas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as demonstrações financeiras anteriores, o saldo de abertura considerado foi 1º de janeiro de 2009, data de transição para as CPCs.

O balanço patrimonial é mantido conhecido como "Demonstração da Posição Financeira" conforme normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Esta nova denominação será gradativamente adotada nas demonstrações financeiras subsequentes. A Companhia incluiu o divalutamento das demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras elaboradas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as demonstrações financeiras anteriores, o saldo de abertura considerado foi 1º de janeiro de 2009, data de transição para as CPCs.

EFEITOS DA ADOÇÃO DAS IFRS PELA PRIMEIRA VEZ

	31/12/2009		01/01/2009	
	BR GAAP Anterior	Efeito da transição para as IFRS	BR GAAP Anterior	Efeito da transição para as IFRS
Fornecedores	7.079	4.971	-	4.971
Fórmula de pagamento e tributos e contribuições sociais retidos na fonte	54	-	59	-
Tributos e contribuições sociais	4.256	-	3.626	-
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	6.776	-	6.776	-
Empréstimos e financiamentos	5.915	-	5.915	-
Passiva regulatória	(850)	-	-	-
Obrigações estimadas	1.197	-	1.302	-
Encargos do consumidor a recolher	3.797	-	3.825	-
Outros passivos	230	-	137	-
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	31.924	(850)	31.074	27.705
Empréstimos e financiamentos	30.389	-	30.389	-
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	20.389	-	22.590	-
Capital social	50.000	-	50.000	-
Reserva de capital	5.244	(2.454)	3.693	-
Reserva de investimentos	19.565	-	20.434	-
Reserva legal	5.473	-	4.676	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	80.282	(2.454)	77.828	68.803
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	142.595	(3.304)	139.291	129.258

Descrição dos principais ajustes decorrentes dos novos pronunciamentos contábeis que afetaram as demonstrações financeiras da Companhia:

As Companhia devem elaborar suas demonstrações financeiras de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC Estrutura Conceitual, que tem o objetivo de estabelecer as bases para reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas. As diferenças entre os valores estimados incluídos no cálculo da tarifa de energia elétrica e os efetivamente incorridos pela Companhia, reconhecidos antes da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC Estrutura Conceitual, não são, de acordo com esse pronunciamento, reconhecidos no balanço patrimonial, por não atenderem à definição de ativos e/ou passivos.

As consequências da adoção de ativos e passivos regulatórios contabilizados antes da data de adoção inicial dos novos CPCs foram reconhecidos tanto lucros acumulados e resultado do período corrente, e quanto do período de competência.

A interpretação técnica ICPD1 - Contratos de Concessão e a orientação técnica ODCPCs - Contratos de Concessão orientam os concessionários de serviços públicos e entidades privadas a definirem os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

Em decorrência da adoção dessa interpretação e resultado do contrato de concessão de serviços públicos de energia elétrica, que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, a Companhia reconheceu: (i) um ativo intangível que corresponde à cessão de uso dos bens que compõem a infraestrutura necessária para a realização dos serviços públicos, e (ii) um ativo financeiro correspondente às obrigações e direitos relacionados ao contrato de concessão de serviços.

O ativo intangível é reconhecido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhoria e está mensurado pelo valor justo menos o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível está mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados e deduzidos da amortização acumulada.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

O balanço patrimonial é mantido conhecido como "Demonstração da Posição Financeira" conforme normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Esta nova denominação será gradativamente adotada nas demonstrações financeiras subsequentes. A Companhia incluiu o divalutamento das demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras elaboradas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as demonstrações financeiras anteriores, o saldo de abertura considerado foi 1º de janeiro de 2009, data de transição para as CPCs.

O balanço patrimonial é mantido conhecido como "Demonstração da Posição Financeira" conforme normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Esta nova denominação será gradativamente adotada nas demonstrações financeiras subsequentes. A Companhia incluiu o divalutamento das demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras elaboradas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as demonstrações financeiras anteriores, o saldo de abertura considerado foi 1º de janeiro de 2009, data de transição para as CPCs.

O balanço patrimonial é mantido conhecido como "Demonstração da Posição Financeira" conforme normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Esta nova denominação será gradativamente adotada nas demonstrações financeiras subsequentes. A Companhia incluiu o divalutamento das demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras elaboradas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as demonstrações financeiras anteriores, o saldo de abertura considerado foi 1º de janeiro de 2009, data de transição para as CPCs.

O balanço patrimonial é mantido conhecido como "Demonstração da Posição Financeira" conforme normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Esta nova denominação será gradativamente adotada nas demonstrações financeiras subsequentes. A Companhia incluiu o divalutamento das demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras elaboradas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as demonstrações financeiras anteriores, o saldo de abertura considerado foi 1º de janeiro de 2009, data de transição para as CPCs.

O balanço patrimonial é mantido conhecido como "Demonstração da Posição Financeira" conforme normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Esta nova denominação será gradativamente adotada nas demonstrações financeiras subsequentes. A Companhia incluiu o divalutamento das demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras elaboradas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as demonstrações financeiras anteriores, o saldo de abertura considerado foi 1º de janeiro de 2009, data de transição para as CPCs.

O balanço patrimonial é mantido conhecido como "Demonstração da Posição Financeira" conforme normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Esta nova denominação será gradativamente adotada nas demonstrações financeiras subsequentes. A Companhia incluiu o divalutamento das demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras elaboradas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as demonstrações financeiras anteriores, o saldo de abertura considerado foi 1º de janeiro de 2009, data de transição para as CPCs.

O balanço patrimonial é mantido conhecido como "Demonstração da Posição Financeira" conforme normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Esta nova denominação será gradativamente adotada nas demonstrações financeiras subsequentes. A Companhia incluiu o divalutamento das demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras elaboradas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as demonstrações financeiras anteriores, o saldo de abertura considerado foi 1º de janeiro de 2009, data de transição para as CPCs.

O balanço patrimonial é mantido conhecido como "Demonstração da Posição Financeira" conforme normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Esta nova denominação será gradativamente adotada nas demonstrações financeiras subsequentes. A Companhia incluiu o divalutamento das demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras elaboradas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as demonstrações financeiras anteriores, o saldo de abertura considerado foi 1º de janeiro de 2009, data de transição para as CPCs.

O balanço patrimonial é mantido conhecido como "Demonstração da Posição Financeira" conforme normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Esta nova denominação será gradativamente adotada nas demonstrações financeiras subsequentes. A Companhia incluiu o divalutamento das demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras elaboradas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as demonstrações financeiras anteriores, o saldo de abertura considerado foi 1º de janeiro de 2009, data de transição para as CPCs.

O balanço patrimonial é mantido conhecido como "Demonstração da Posição Financeira" conforme normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Esta nova denominação será gradativamente adotada nas demonstrações financeiras subsequentes. A Companhia incluiu o divalutamento das demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras elaboradas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as demonstrações financeiras anteriores, o saldo de abertura considerado foi 1º de janeiro de 2009, data de transição para as CPCs.

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

CNPJ: 27.485.069/0001-09

Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com base no melhor entendimento da Administração, todos os bens e instalações que compõem o ativo imobilizado e intangível da Companhia são efetivamente utilizados na prestação do serviço e vinculados à concessão para fins de reversão.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia e recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

(a) Parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/produzida) durante o prazo da concessão, e

(b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A administração estima que a indenização do ativo financeiro de concessões será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados à infraestrutura da concessão reversível, aguarido com base no custo de aquisição/construção, deduzido das depreciações especiais, ainda não amortizado, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido e fixo determinado, na data de transição, conforme demonstrado a seguir:

	Imobilizado	Intangível	Indenizável (concessão)
Ativo imobilizado em serviço em 1º de janeiro de 2009	9.131	-	-
Ativo imobilizado em curso em 1º de janeiro de 2009	(17.514)	-	-
Saldo originalmente publicado em 1º de janeiro de 2009	78.024	-	-
Bifurcação do ativo imobilizado e intangível de acordo com a ICPIC 01 e OCPIC 05	(78.024)	36.005	42.019
Saldo reclassificados de acordo com a ICPIC 01 e OCPIC 05	-	36.005	42.019

A movimentação do saldo relativo ao ativo financeiro indenizável (concessão) pode ser assim demonstrada:

	R\$ mil
Saldo em 1º de janeiro de 2009	42.019
Ativos	15.604
Obrigações especiais	(1.032)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	56.591
Ativos	10.715
Obrigações especiais	(1.944)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	65.357

13. INTANGÍVEL
O ativo intangível pode ser assim demonstrado:

	Amortização acumulada	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Ativo Intangível				
Em serviço:				
Gerção	545	(408)	57	71
Distribuição	61.352	(35.852)	25.500	27.669
Comercialização	5.025	(3.770)	1.255	1.389
Administração	4.543	(2.947)	1.596	1.476
Total do ativo intangível em serviço	71.465	(43.057)	29.408	30.605
Em curso:				
Gerção	727	-	727	41
Distribuição	10.785	-	10.785	11.072
Comercialização	179	-	179	157
Administração	83	-	83	39
Total do ativo intangível em curso	11.774	-	11.774	11.309
Valor líquido	83.239	(43.057)	40.182	41.914
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica (a)		(3.121)	(3.290)	(4.496)
Total do ativo intangível		36.570	38.016	35.005

A Companhia procedeu à reclassificação de determinadas bens do ativo imobilizado e ativo diferido para o ativo intangível, de acordo com as disposições previstas no Pronunciamento Técnico CPC nº 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553, com base no disposto na Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO INTANGÍVEL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

	Saldo no início do exercício 01/01/2009	Adições	Baixas por alienação e depreciação	Transferências por entradas em serviço	Saldo no final do exercício 31/12/2009	Adições	Baixas por alienação e depreciação	Transferências por entradas em serviço	Saldo no final do exercício 31/12/2010
Intangível em serviço									
Gerção	545	-	(1.433)	4.919	545	-	(952)	3.682	545
Distribuição	55.135	-	(74)	4.884	58.222	-	(137)	1.78	61.163
Comercialização	4.798	-	(3.979)	1.116	1.935	-	(1.765)	4.396	4.057
Administração	4.543	-	(1.765)	5.474	6.252	-	(1.098)	4.396	71.465
(*) Amortização acumulada	(33.097)	(15.334)	1.070	(5.474)	(37.561)	(6.248)	752	(3.96)	(43.057)
Total do intangível em serviço	31.366	(15.334)	(693)	5.474	30.605	(6.248)	(346)	4.396	36.570
Intangível em curso									
Gerção	9.130	41	-	-	9.171	720	-	(34)	727
Distribuição	9.030	23.338	-	(21.296)	11.072	13.305	-	(13.991)	10.785
Comercialização	100	706	-	(650)	156	1.026	-	(1.004)	178
Administração	698	39	-	-	737	1.116	-	(1.154)	698
Total do intangível em curso	9.130	24.822	-	(22.644)	11.308	16.248	-	(15.773)	11.774
Total do intangível registrado	40.496	19.288	(695)	(17.170)	41.914	10.000	(346)	(11.387)	40.182
(*) Obrigações especiais (reclassificação)	(4.486)	(244)	137	(17.170)	(37.561)	(715)	1.002	(6.248)	(43.057)
Total do ativo intangível	36.005	19.044	137	(17.170)	38.016	9.285	656	(11.387)	36.570

REGRAS DE REVERSO (1)
Contribuições de consumidores (2)
Doações e subvenções

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Total	19.621	17.964	17.514

(1) O saldo é proveniente da "Reserva para reversão" constituída até 1971 e foi aplicado, até aquela data, na expansão do serviço público de energia elétrica.

(2) As contribuições de consumidores referem-se aos recursos recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

Em razão de sua natureza, as obrigações vinculadas à concessão não representam obrigações financeiras e, dessa forma, não devem ser incluídas como exigibilidades para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros da Companhia.

14. FORNECEDORES
Os fornecedores podem ser assim demonstrados:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Suprimento e transmissão de energia:			
Escota - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.	5.942	5.132	4.020
Faturamento de energia elétrica	533	533	532
Encargos de uso da Rede Básica	1.009	1.414	589
Materiais e serviços	7.484	7.079	4.971
Total	15.968	14.158	10.112

15. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS
Os saldos registrados na rubrica "Tributos e contribuições sociais" estão assim demonstrados:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ICMS a receber	3.462	2.978	2.577
PIS/COFINS	1.198	803	703
INSS	322	253	211
FUNTS	79	62	49
IRRF s/ Juros sobre o capital próprio	60	42	45
ISS	28	17	17
Outros	85	81	55
Total	5.244	4.256	3.626

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
Os saldos de empréstimos e financiamentos estão assim demonstrados:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Atualização			
Circulante			
Longo Prazo			
Circulante			
Longo Prazo			

(a) Abertura de crédito pela Eletrobrás, com recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), para realização de obras que integram o Programa de Universalização do Acesso à Uso da Energia Elétrica - "Luz para Todos", do Ministério de Minas e Energia.

(b) Contrato de abertura de crédito com repasse do Banco Santander Banestes S.A. (Finame), e com a Caixa Econômica Federal (FAT), utilizado na aquisição de equipamentos para a SE Henrique Nunes Coutinho e a U1 138KV, ligando a Usina Mascarenhas à SE Henrique Nunes Coutinho.

(c) Contrato de abertura de crédito com repasse do Banestes S.A. (Finame), utilizado na aquisição de equipamentos para a SE Colatina e SE Alto Moacir.

(d) Contrato de abertura de crédito com repasse da Caixa Econômica Federal, utilizado na aquisição de diversos equipamentos e aplicados em nossa área de concessão.

Em 31 de dezembro de 2010, as parcelas relativas ao principal dos financiamentos em longo prazo tinham os seguintes vencimentos:

Ano	Quantidade	Valor
2012	5.594	5.594
2013	5.234	5.234
2014	5.106	5.106
2015	2.985	2.985
2016	2.781	2.781
2017	2.535	2.535
2018	1.791	1.791
2019	1.565	1.565
2020	1.001	1.001
2021	165	165
2022	-	-
Total	29.109	29.109

17. ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER
Os saldos registrados na rubrica "Encargos do consumidor a recolher" estão assim demonstrados:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
RGR	175	101	34
CCC	70	70	70
CDE	305	281	224
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	944	695	745
Programa de Eficiência Energética (PEE)	2.011	1.663	1.172
Contribuição Iluminação Pública	913	782	1.172
Eletrobrás Juros Empréstimo Compulsório	22	40	50
Outros	218	182	182
Total	5.257	3.797	3.825

18. CONTINGÊNCIAS
A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza civil, trabalhista e tributária.

A Companhia julga não ser necessária a constituição de provisão contábil de acordo com o posicionamento dos assessores jurídicos para fazer face a questões trabalhistas e civis nas quais a Companhia é ré, em função da natureza destas subcategorias pelas seguradoras.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social
O capital social da Companhia está representado por ações, nominativas, assim distribuídas:

Espécie/Classe	Quantidade	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ordinárias	2.937.927	39.860	2.937.927	33.217
Preferenciais	1.484.392	20.140	1.484.392	18.466
Total	4.422.319	60.000	4.422.319	50.000

Valor patrimonial por ação (R\$)

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Total	19.595,1	17.598,9	15.581,1

As ações preferenciais não possuem direito a voto. No entanto, conferem aos seus possuidores dividendos mínimos obrigatórios de 8% sobre o valor nominal, nunca inferior ao que for distribuído às ações ordinárias.

Do resultado do exercício, após a dedução das provisões para o imposto de renda, contribuição social e incentivo fiscal lucro da exploração/reinvestimento, será destinada uma quota de até 10% para gratificação à Diretoria e o saldo terá a seguinte destinação:

- Constituição da reserva legal em 5% até o limite de 20% do capital social.
- Pagamento de 25% de dividendos às ações ordinárias.

19. RECEITA COM FORNECIMENTO DE ENERGIA
A Administração da Companhia destinou o montante de R\$ 6.265 mil para constituição de Reserva para Investimentos, para a execução de planos de investimentos no presupuesto de aprovação em Assembleia Geral.

c. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio
Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados conforme a Lei das Sociedades por Ações, observando-se as disposições do Estatuto Social. Conforme o capítulo III, do Estatuto Social da Santa Maria, anualmente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, haverá uma Assembleia Geral para:

- Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras.
- Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos.

Com base no resultado do exercício, foram propostos os seguintes dividendos:

	31/12/2010	31/12/2009
Lucro líquido do exercício	18.724	19.561
Incentivo Fiscal Lucro da Exploração e Reinvestimento	(2.687)	(3.633)
Constituição de reserva legal	(1.250)	(1.768)
Dividendos mínimos obrigatórios:	15.269	15.131
Ações ordinárias (2010 - R\$0,99 por ação/2009 - R\$0,93 por ação)	2.614	2.729
Ações preferenciais (2010 - R\$1,08 por ação/2009 - R\$0,93 por ação)	1.611	1.379
Dividendos complementares:	4.225	4.108
Juros sobre o capital próprio	4.779	4.214
Juros sobre o capital próprio, líquido do IRRF (R\$0,92 por ação em 2010 e R\$0,81 por ação em 2009)	(4.062)	(3.582)
Total dos dividendos mínimos e complementares	8.287	7.690

Os juros sobre o capital próprio foram calculados observando-se os limites estabelecidos pela legislação fiscal, com base na variação da TLP do período de janeiro a dezembro de 2010, e foram atribuídos aos dividendos pelo valor líquido do imposto de renda na fonte, para todos os tipos de ações.

d. Ajustes de exercícios anteriores
Com base no que precedeu o pronunciamento técnico CPC Estrutura contábil, as diferenças entre os valores estimados inicialmente no cálculo da receita de energia elétrica e os efetivamente incorridos pela Companhia, reconhecidos antes da aplicação dos novos CPCs como ativos e passivos regulatórios, não são, de acordo com esse pronunciamento, reconhecidos no balanço patrimonial. Dessa forma, os saldos de ativos e passivos regulatórios da Companhia que haviam sido constituídos no exercício de 2009 foram reconhecidos como ajuste na mutação do patrimônio líquido daquele exercício, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2009	01/01/2009
Saldo de ativos regulatórios originalmente apresentado em 31/12/2009	3.304	3.304
Saldo de passivos regulatórios originalmente apresentados em 31/12/2009	(2.454)	(2.454)
Saldo líquido de ativos e passivos regulatórios originalmente apresentado em 31/12/2009	850	850
Ajuste efetuado na mutação do patrimônio líquido do exercício de 2009	(2.454)	(2.454)
Saldo de ativos e passivos regulatórios representado em 31/12/2009	(1.604)	(1.604)

A eliminação dos efeitos decorrentes da contabilização de ativos e passivos regulatórios no resultado do exercício de 2010 foi realizada dentro do próprio resultado do exercício corrente, proporcionando um ajuste líquido positivo da ordem de R\$ 617 mil.

20. RECEITA COM FORNECIMENTO DE ENERGIA
A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Classe de consumidores						
Residencial	37.770	36.884	84.848	80.608	45.279	40.200
Residencial - Baixa renda	17.859	16.814	16.559	15.520	5.663	5.794
Com. serv. e outras atividades	1.122	76.445	68.009	32.423	23.927	23.927
Rural	6.932	6.735	71.207	67.632	36.329	32.825
Tender público	24.275	22.852	127.486	105.948	28.072	21.951
Iluminação pública	45	46	13.855	13.967	3.550	3.734
Total	126	122	10.763	10.009	4.472	3.730
Consumo próprio	35	34	783	721	3.120	2.688
Receta não faturada de e. elétrica	-	-	-	-	3.320	3.320
Reposição tarifário diferido	89.869	85.410	414.650	374.965	165.424	141.500
Doações contrib. res. baixa renda	-	-	-	-	2.339	2.386
Doações contrib. res. baixa renda	-	-	-	-	2.687	2.687
ICMS	-	-	-	-	(35.894)	(31.662)
Conta Reserva Global Reversão (RGR)	-	-	-	-	(2.035)	(1.146)
Conta Desenvolvimento Energético (CDE)	-	-	-	-	(2.307)	(2.307)
Quota p/ Conta Consumo Compulsório (CCC)	-	-	-	-	(5.521)	(4.217)
Redução de Tarifas Imposto e Aquilotação	-	-	-	-	1.679	(1.432)
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	-	-	-	-	(543)	(472)
Programa de Eficiência Energética (PEE)	-	-	-	-	(543)	(472)
Engen. Evoluções - Lei nº 12.111/2009	-	-	-	-	(255)	(255)
Outros impostos e contribuições - PIS/COFINS/ISS	-	-	-	-	(9.301)	(8.292)
Descontroleamento de ativos e passivos regulatórios	-	-	-	-	(239)	-
Outros	-	-	-	-	1.810	126
Total	89.869	85.410	414.650	374.965	115.802	98.806

21. ENERGIA COMPRADA PARA REVERDA

	2010	2009
Suprimento	MWh	MWh
ESCELA - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.	455.666	55.934
Engargos de Uso da Rede Básica	10.875	5.222
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia Elétrica - PROINFRA	1.862	9.320
Subtotal	466.545	63.018
ESCELA-EF entre duas de aniversário das concessionárias - artigo 9º da Res. Homologatória ANEEL nº 774 de 03/02/2009	-	272
Realização PIS/COFINS Resolução Homologatória ANEEL nº 606 de 29/01/2008 (*)	-	-
Realização CVA Energia Comprada	-	-
CVA Energia Comprada	-	125
CVA Rede Básica	-	714
CVA Fronteira	-	77
Descontroleamento de ativos e passivos regulatórios	-	(913)
Total	466.545	63.291

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

CNPJ: 27.485.069/0001-09

CONTABILIZAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação entre a alíquota efetiva e nominal de imposto de renda e contribuição social é apresentada como segue:

	2010	2009
Imposto de renda		
Lucro antes do imposto de renda	21.114	23.290
Alíquota imposto de renda	15%	15%
Adicional imposto de renda	10%	10%
Adições (Exclusões):		
Provisões temporariamente não dedutíveis	247	(210)
Redução Tarifa de Irrigação	(1.679)	1.433
Outras adições	230	448
Ajustes RTE/PI/S/COFINIS/CVA	-	(2.355)
Incentivo Fiscal Lucro da Exploração e Reinvestimento	(2.687)	(3.633)
Outras exclusões	(744)	(132)
Base de cálculo	16.483	18.841
Imposto de renda (despesas)	4.064	4.652
Contribuição social		
Lucro antes da contribuição social	21.114	23.290
Alíquota da contribuição social	9%	9%
Adições (Exclusões):		
Provisões temporariamente não dedutíveis	247	(210)
Redução Tarifa de Irrigação	(1.679)	1.433
Outras adições	202	442
Ajustes RTE/PI/S/COFINIS/CVA	-	(2.355)
Incentivo Fiscal Lucro da Exploração e Reinvestimento	(2.687)	(3.633)
Outras exclusões	(2.514)	(2.063)
Base de cálculo	14.683	16.904
Contribuição social (despesas)	1.321	1.521

A Companhia, conservadoramente, não reconhece efeitos diferidos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre provisões temporariamente dedutíveis.

24. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que, segundo a Administração da Companhia, são suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo mobilizado. Os principais ativos em serviço estão segurados por um montante global de R\$40.027.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência está demonstrada a seguir:

Risco	Período de vigência	Importância segurada
Incêndio	26/07/10 a 26/07/11	38.107
Responsabilidade civil geral	26/07/10 a 26/07/11	1.600
Responsabilidade civil geral - Danos morais	26/07/10 a 26/07/11	320
		40.027

As principais formas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

As receitas (despesas) financeiras são representadas como segue:

	2010	2009
Recetas:		
Receta de aplicações financeiras	1.867	2.643
Variações monetárias	235	225
Outras receitas financeiras	1.622	1.600
Total	3.724	4.362
Despesas:		
Encargos de dívidas	(2.526)	(2.765)
Outras despesas financeiras	(348)	(491)
Total	(2.874)	(3.256)
Recetas (Despesas) Financeiras - líquidas	860	1.106

26. PLANO DE APOSENTADORIA COMPLEMENTAR

A Santa Maria patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, um plano de benefícios complementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, composto de complementos calculados de acordo com o critério de "Benefícios de Risco" - Parte Geral e de "Benefícios de Prazo Programado" - Parte Opcional, do tipo misto, cuja administração é feita por entidade de previdência privada aberta, o HSPC Previdência S.A.

O plano de benefícios foi constituído em 1º de novembro de 1992. Apesar de a Companhia ser patrocinadora de um fundo multipatrocinado, não existe solidariedade financeira entre a Companhia e os demais patrocinadores do fundo. A reserva matemática garantidora dos benefícios concedidos, constituída na data de início do benefício em nome do beneficiário, deverá ser, no mínimo, equivalente às contribuições vertidas pelo próprio participante, corrigidas monetariamente de acordo com a variação das quotas patrimoniais, descontadas as parcelas das contribuições destinadas à cobertura dos benefícios de risco.

A partir de 31 de dezembro de 2001, as empresas devem contabilizar em suas demonstrações financeiras os passivos oriundos dos benefícios concedidos aos empregados, com base nas regras estabelecidas no pronunciamento NPC 26 do IBRACON. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2003, a Companhia não havia efetuado as avaliações atuariais necessárias.

Para os exercícios de 2010, 2009, 2008 e 2007, a fim de atender à essa exigência, a Companhia contratou consultoria externa para a realização de avaliação atuária dos benefícios previdenciários oferecidos a seus empregados, relativamente aos exercícios de 2001 a 2010.

A seguir, os principais resultados da referida avaliação atuária, adotando as regras estabelecidas pelo pronunciamento NPC 26 do IBRACON, conforme exige o Item 81 do referido pronunciamento:

	2010	RS	2009
Conciliação de ativos e passivos			
Valor presente das obrigações atuárias	1.341.121	(Respostado)	1.144.116
Valor justo dos ativos do plano	(3.624.588)		(3.660.368)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(2.283.467)		(2.516.252)
Ganhos (Perdas) atuárias não reconhecidos (Passivo) Ativo atuarial líquido	(1.141.233)		(1.258.126)
	(1.141.233)		(1.258.126)

O ativo atuarial acima demonstrado não foi registrado, tendo em vista o disposto no Item 49, alínea "g", do pronunciamento NPC 26 do IBRACON. Nos anos de 2001 e 2002, também em conformidade com o referido pronunciamento, foi aprovado ativo atuarial líquido.

	2010	RS	2009
Cálculo dos ganhos (perdas)			
Gain (Perda) nas obrigações atuárias	61.495		
Gain (Perda) nos ativos do plano	478.485		
Gain (Perda) na contribuição do empregado	(16.689)		
Gain (Perda) no final do ano	523.291		

(Despesa) Receita reconhecida na demonstração de resultados

	2010	RS	2009
Custo do serviço corrente (com juros)	94.679		68.354
Juros sobre as obrigações atuárias	137.331		117.158
Rendimento esperado dos ativos do plano	(371.158)		(374.822)
Total da despesa (receita) bruta a ser reconhecida	(139.148)		(189.310)
Contribuição esperada de participante para o próximo ano	(53.332)		(42.354)
Total da (despesa) receita líquida reconhecida	(192.480)		(231.664)

As despesas operacionais - as despesas relacionadas diretamente com as atividades foram alocadas especificamente, conforme registro contábil definido no plano de contas.

Sobre a segregação das receitas operacionais, foi adotado o seguinte critério:

- A receita de produção para operações internas não foi faturada, mas somente reduzida da receita faturada pela atividade de distribuição.

- Para segregação das despesas, foram adotados os seguintes critérios:

- Deduções às receitas - exceto quanto ao ICMS, que incide somente sobre a atividade de comercialização, foram alocadas proporcionalmente às receitas de cada atividade.

- Despesas operacionais - as despesas relacionadas diretamente com as atividades foram alocadas especificamente, conforme registro contábil definido no plano de contas.

As participações estatutárias foram alocadas proporcionalmente a cada atividade.

A demonstração de resultado acima referida foi elaborada em conformidade à instrução do órgão regulador, sendo que não foram realizados os respectivos balanços patrimoniais ativos e passivos e as mutações do patrimônio líquido. Dessa forma, a referida demonstração não representa necessariamente a demonstração do resultado de cada atividade, caso essa fosse constituída legalmente, com operações independentes.

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 - Em milhares de reais

BASE DE CÁLCULO	2010		2009	
	Valores R\$ mil	% sobre FPB	Valores R\$ mil	% sobre FPB
Receta líquida (RL)	115.802		98.806	
Resultado operacional (RO)	25.891		27.504	
Folha de pagamento bruta (FPB)	7.758		6.746	
INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valores R\$ mil	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre RL
Alimentação	144	1,86%	141	2,09%
Encargos sociais compulsórios	3.657	47,14%	3.205	47,51%
Previdência privada	361	4,65%	312	4,62%
Plano de Saúde	111	1,43%	80	1,19%
Segurança e medicina no trabalho	11	0,14%	13	0,19%
Educação	-	0,00%	-	0,00%
Cultura	-	0,00%	-	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	63	0,81%	33	0,49%
Creches ou auxílio-creche	-	0,00%	-	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	-	0,00%	-	0,00%
Outros - Vale-transporte / Seguro de Vida	138	1,78%	129	1,91%
Total - Indicadores sociais internos	4.485	57,81%	3.913	58,00%
INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valores R\$ mil	% sobre RO	Valores R\$ mil	% sobre RO
Educação	-	0,00%	-	0,00%
Cultura	-	0,00%	-	0,00%
Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente	10	0,04%	8	0,03%
Saúde e saneamento	-	0,00%	-	0,00%
Esporte	1	0,00%	1	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	-	0,00%
Outros / Doações e patrocínios	11	0,05%	19	0,08%
Total das contribuições para a sociedade	22	0,08%	28	0,10%
Tributos (exceto encargos sociais)	14.688	56,73%	14.465	52,59%
Total - Indicadores sociais externos	14.710	56,82%	14.493	52,69%
INDICADORES AMBIENTAIS	Valores R\$ mil	% sobre RO	Valores R\$ mil	% sobre RO
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	22	0,08%	162	0,59%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	-	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	22	0,08%	162	0,59%
() não possui metas () cumpre de 51 a 71% () não possui metas () cumpre de 51 a 71% () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100% () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%				



DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 - Em milhares de reais						
INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL						
Nº de empregados(as) ao final do período		332				317
Nº de admissões durante o período		80				89
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		174				118
Nº de estagiários(as)		-				-
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		109				110
Nº de mulheres que trabalham na empresa		32				26
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		0,60				-
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		23				28
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		0,30				1
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais		10				11
INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		26,86				26,86
Número total de acidentes de trabalho		1				-
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa definidos por:	(X) direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e saúde no ambiente de trabalho definidos por:	() direção	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as), a empresa:	(X) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(X) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(X) apoia	() organiza e incentiva	() não se envolve	(X) apoia	() organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	Na empresa 168	No Procon 2	Na Justiça 81	Na empresa 321	No Procon 0	Na Justiça 06
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	Na empresa 100,00%	No Procon 100,00%	Na Justiça 59,00%	Na empresa 81,00%	No Procon 0%	Na Justiça 50,00%
Valor adicionado total a distribuir (em R\$ mil):			96.279			85.323
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		65,72% governo	11,76% colaboradores(as)		62,51% governo	11,06% colaboradores(as)
		11,20% acionistas 4,02% terceiros	7,30% retido		11,25% acionistas 6,27% terceiros	8,91% retido

ARTHUR ARPINI COUTINHO
Diretor - PresidenteANGELO ARPINI COUTINHO
Diretor Vice-PresidenteANGELO ANDRÉ BOSI
DiretorELEOMAR ANTONIO MARGOTTO
Contador CRC-ES 7076/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros da
Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.

Espírito Santo - ES

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos

riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

BASE PARA OPINIÃO COM RESALVA

A demonstração do resultado do exercício relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 contempla receita de energia elétrica fornecida no exercício de 2009, no montante de R\$ 3.368 mil, cujo faturamento e reconhecimento da receita foi realizado no exercício de 2010. Em função do exposto em 31 de dezembro de 2010 o resultado do exercício está a maior em R\$2.223 líquido dos efeitos tributários.

OPINIÃO COM RESALVA

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

OUTROS ASSUNTOS

As demonstrações financeiras da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentadas para fins de comparabilidade, foram anteriormente por nós examinadas e o nosso relatório datado de 12 de fevereiro de 2010 continha ressalva quanto ao fato de a Companhia reconhecer a receita com o fornecimento de energia elétrica, com base na data de emissão das faturas a seus consumidores, não considerando o montante de energia fornecida e não faturada até a data de 31 de dezembro de 2009.

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária pela Companhia. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2011

Antônio de Pádua Soares Pellicarpo

Sócio-Contador

CRC MG27739/O-3 "S" ES

BDO Auditores Independentes

CRC 25901343/O-5 "S" ES



A toda
hora,
em todo
lugar.

Imagine um caderno de classificados que não está apenas no papel. Mais que isso. Um canal de vendas que também está na internet, no celular, nas redes sociais. Esse é o Classificados. O mais completo do Espírito Santo. O único que sai em A Gazeta, em todo o Estado; no Notícia Agora, de segunda a sábado na Grande Vitória e em diversas versões digitais. Veja a seguir por que o Classificados é fácil, é barato e dá resultado.

é da empresa